

ESTUDO

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL, 2020 - EUROSTUDENT VII

ELABORAÇÃO DO ESTUDO: Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte

Susana da Cruz Martins (Coord.)
Rosário Mauritti
Bernardo Machado
António Firmino da Costa (consultor)
Pedro Ramos (consultor)

PROMOÇÃO DO ESTUDO: DGES-MCTES

Sumário executivo

Este estudo toma por base o inquérito aos estudantes do ensino superior no âmbito da participação portuguesa no Projeto Europeu EUROSTUDENT VII. Os principais objetivos deste projeto europeu são a análise da evolução e comparação das condições de vida e de estudo dos inscritos no ensino superior, numa dupla perspetiva: a caracterização aprofundada da realidade nacional e a comparação e contextualização no espaço europeu. Este estudo centra-se sobretudo na primeira vertente, ficando a cargo da coordenação internacional do Projeto EUROSTUDENT o desenvolvimento da perspetiva comparada.

O inquérito por questionário foi implementado em Portugal por uma equipa de investigação do CIES-Iscte, e promovido e financiado pela DGES¹-MCTES. A implementação do respetivo inquérito, ainda no ano de 2020 (1.º semestre do ano letivo 2020/2021), em plena pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-coV-2), trouxe a possibilidade de termos informação durante este momento crítico. A importância deste inquérito é também indissociável da relevância da população em foco, quer pelo seu alargamento, quer pelo seu protagonismo social, constituindo-se na principal operação de recolha de informação sobre os estudantes do ensino superior em Portugal.

A pesquisa aprofundada e sistemática sobre a realidade nacional dos estudantes do ensino superior tem revelado uma grande diversidade de recursos, percursos e capacidades de autonomia. Os efeitos de um evento, como uma pandemia, ainda não são totalmente conhecidos, mas esperamos que este estudo possa contribuir para a análise e conhecimento a seu respeito.

Operacionalização da pesquisa

A recolha de informação contida na amostra final foi levada a cabo entre 6 de novembro e 18 de dezembro 2020. Obtiveram-se 6394 casos válidos a partir do convite a toda a população estudantil do ensino superior,² referente a um universo de 357.327 estudantes, tendo por referência os dados administrativos da DGEEC, relativos ao ano letivo 2019/20 (os mais recentes disponíveis na altura da recolha de informação). O procedimento de

¹ Direção Geral do Ensino Superior.

² Foram excluídos da amostra os estudantes de doutoramento (CITE 8).

inquérito utilizado foi *online* e a amostra resulta de uma taxa de retorno bruto (casos válidos por total de convites efetuados) de 0,018 (1,8%) e uma taxa de retorno líquido de 0,76 (casos válidos a dividir pelo número de respondentes). Como já mencionado, este inquérito teve condições de implementação muito especiais no ano de 2020. Com a deflagração da epidemia provocada pela Covid-19, o ensino superior português esteve durante vários períodos com as aulas presenciais interrompidas. A incerteza pautada pela imprevisibilidade da propagação do vírus aconselhou países, como Portugal, a não implementarem o inquérito no 2.º semestre de 2019/20 (considerando o ano letivo). O 1.º semestre do ano letivo seguinte (2020/21) tornou-se, assim, a única oportunidade para a sua aplicação no sistema de ensino superior português, permitindo a integração dos dados nacionais no EUROSTUDENT VII. A implementação do inquérito no 1.º semestre de 2020/2021, foi também decidida porque, precisamente, a maioria das instituições retornou ao ensino presencial nesse período, mesmo que de forma híbrida ou em combinação com outras modalidades. Tal opção teve ganhos, por exemplo, na captação da experiência e condições de vida dos estudantes deslocados, mas também prejuízos, como a aferição do peso de bolseiros da ação social. Os estudantes podem candidatar-se a uma bolsa da ação social até ao final do ano letivo (maio) e, apesar de a maior parte o fazer durante o 1º semestre, impossibilitou, na altura, de se ter uma informação mais completa sobre esta atribuição.

Caracterização e diversidade

Quanto à caracterização dos estudantes, persiste ainda uma sobrerrepresentação de pais com o ensino superior, mas, em simultâneo, a verificação de um progressivo alargamento do acesso em relação às *origens educacionais* destes estudantes.

Os *estudantes internacionais* bem como os que apresentam experiência migratória (1.ª ou 2.ª gerações, em que pelo menos um dos progenitores é imigrante) estão, em termos gerais, mais presentes no ensino superior português do que no anterior inquérito do EUROSTUDENT (aplicado no ano letivo 2016/2017). Cerca de 25% dos estudantes teve ou tem uma *experiência de imigração*, quer diretamente (3,5%), quer por via das suas origens (a rondar os 15%). Os *estudantes internacionais* representam cerca de 8% dos estudantes do ensino superior.

Um outro aspeto, que ilustra a diversidade identificada, prende-se com a frequência de estudantes com algum tipo de *incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional*, tendo sido apurado uma presença muito semelhante à verificada nos dados portugueses do EUROSTUDENT VI. É de salientar a diminuição de referências a doenças físicas crónicas, ao mesmo tempo que aumentaram os que assinalam problemas de saúde mental (cerca de 4,4% dos estudantes). Havendo hoje preocupações com o eventual aumento dos problemas de saúde mental e, provavelmente, algumas decorrentes da situação pandémica, este é um aspeto relevante e que se deve acompanhar.

Informação sobre a caracterização dos estudantes, 2020/21 (1.º semestre)

<i>Níveis de escolaridade dos pais</i>	Universidade (%)	politécnico (%)
Ensino básico (1.º, 2.º e 3º ciclo)	19,1	33,6
Ensino secundário	27,3	36,2
Ensino pós-secundário não superior	4,6	4,1
Curso Técnico Superior Nacional	6,8	4,0
Bacharelato ou licenciatura	24,8	14,5
Mestrado	12,5	5,5
Doutoramento	4,5	1,4
Não sabe/Não aplicável	0,4	0,8

<i>Experiência ou origem migratórias</i>	%
2ª geração, origem migratória mista (mãe ou pai nascidos no estrangeiro)	12,6
2ª geração, origem migratória estrangeira (ambos os pais nascidos no estrangeiro)	2,2
1ª geração	3,5
Nativos (sem origem migrante e com percursos prévios de escolaridade em Portugal)	72,3
Estudantes internacionais (qualificações obtidas em Instituições de Ensino estrangeiras)	7,6
Outros	1,8
<i>Existência de incapacidade, problema de saúde prolongado ou limitação funcional</i>	%
Doença física crónica	4,7
Problema de saúde mental	4,4
Incapacidade de mobilidade	0,4
Incapacidade sensorial (visão, audição)	8,5
Incapacidade de aprendizagem (PHDA, dislexia)	2,0
Outro problema de saúde/limitação funcional/incapacidade permanentes	3,8
Sem incapacidade	76,2
Total	100,0

Percursos e experiências académicas

No ano letivo de 2020/21, e tendo em conta as medidas e alterações no acesso ao ensino superior como resposta à pandemia, houve um reforço dos estudantes que acedem imediatamente após a conclusão do ensino secundário. Os dados são muito reveladores a este respeito: quase 80% dos estudantes da amostra demoraram menos de um ano na *transição para o ensino superior* e, se se considerar um período ainda relativamente curto (menos de 2 anos), o valor ultrapassa os 90%. Tal significa que, na sua grande maioria, os estudantes fazem percursos de qualificação diretos e sem interrupções. Já a estudar no ensino superior, a maioria dos estudantes de mestrado transitou do programa de estudos anterior para este grau quase de forma direta (em menos de um ano). Quando consideramos a presença de estudantes que têm experiências de *escolarização e qualificação prévias à frequência no ensino superior português no estrangeiro*, verificamos que o peso destes estudantes é muito mais relevante neste inquérito (7,6%) do que no anterior (3%, no ano letivo 2016/2017). A maioria destes estudantes vêm de países que estão fora da Área Europeia do Ensino Superior, nomeadamente de países de língua oficial portuguesa. Mais de 40% dos estudantes tiveram experiências de *trabalho remunerado antes de ingressarem no ensino superior*. Estas experiências envolvem um segmento expressivo que teve, sobretudo, trabalhos ocasionais de menos de um ano (20%) e um outro que, pelo contrário, tem grande envolvimento (18% com pelo menos 20 horas semanais de atividade remunerada). Relativamente à *mobilidade internacional*, comparativamente com o Inquérito anterior (EUROSTUDENT VI - 2017), os dados recolhidos no ano letivo 2020/21 apresentam uma ligeiríssima diminuição na percentagem de estudantes que indicam ter tido algum tipo de experiência de estudo no estrangeiro (-0,5p.p.). Tendo em conta o contexto pandémico e as restrições às viagens para o estrangeiro, seria expectável que tal redução se verificasse, mesmo considerando que tal só afetou uma parte do período que medeia as duas operações de inquérito.

Informação sobre os percursos e experiências académicas

<i>Tempo na transição do ens. secundário e o ens. superior</i>	%
Menos de um ano	78,9
Entre um e dois anos	11,2
mais de dois anos	9,9
<i>Estudantes com qualificação prévia no estrangeiro</i>	7,6
<i>Experiência de trabalho anterior ao ingresso no ensino superior</i>	40,4
<i>Estudantes que tiveram atividade no estrangeiro</i>	9,6

Condições de vida e de estudo

As condições e situações de residência dos estudantes do ensino superior são relativamente diversificadas. A maioria dos estudantes (53%) vive em casa dos pais/familiares. Entre os que têm até 21 anos este valor fica reforçado (62%) e mantém-se ainda muito relevante se considerarmos o grupo etário seguinte, até aos 24 anos (58%). É também nestes escalões etários mais jovens que, com mais frequência, se encontram alojados em residências para estudantes. Face à última edição do Projeto EUROSTUDENT, houve um aumento dos *estudantes que vivem com os seus pais*, podendo estar relacionado com dois tipos de circunstâncias e ambas devido aos efeitos da Pandemia de Covid19: os longos períodos de confinamento e aprendizagem à distância terem causado alguma retração na deslocação da residência habitual (com a família de origem); e a diminuição de rendimentos dos estudantes e das suas famílias reduziu as possibilidades de terem formas alternativas de alojamento. É na capital (Lisboa) que encontramos mais estudantes a viver com os seus pais (61,2%) e isto pode estar relacionado com o tipo de custos de alojamento que têm sido observados nos últimos anos nesta região. A grande maioria dos estudantes encontra-se (muito) satisfeita com a sua residência, nas suas várias dimensões. As condições de habitabilidade parecem ser o elemento com que os estudantes estão mais satisfeitos, em contrapartida, o fator de maior insatisfação relaciona-se, precisamente, com os custos do alojamento e do trajeto até à sua instituição de ensino.

Informação sobre os contextos de residência

Contexto de residência	Todos os estud. (%)	Idade (%)			
		≤21 anos	22 até 24	25 até 29	≥30 anos
Em casa dos pais	53,3	62,2	58,2	41,6	18,6
Numa residência para estudantes	6,3	6,7	8,1	5,5	2,7
Com companheiro(a) e/ou com filho(a)/os(as)	12,6	1,2	6,8	24,8	58,2
Com outros	21,5	25,8	21,7	18,2	6,6
Sozinho	6,3	4,2	5,2	9,9	13,9
<i>Satisfação com o alojamento</i>		<i>Tempo (%)</i>	<i>Custos (%)</i>	<i>Localização (%)</i>	<i>Condições (%)</i>
(Muito) satisfeito		51,1	58,0	69,2	75,1
Nem satisfeito, nem insatisfeito		21,7	22,9	17,7	17,5
Não satisfeito (de todo)		27,2	19,1	13,1	7,4

Uma das verificações mais relevantes deste estudo é a contração das despesas dos estudantes portugueses. Tal é, aliás, muito alinhada com outros estudos, que têm vindo a ser conhecidos, sobre as despesas e orçamentos das famílias portuguesas. Embora os dados revelados neste relatório remetam para um segmento diferente e específico – os estudantes do ensino superior – é interessante que expressem as mesmas tendências, contribuindo para uma leitura geral sobre os efeitos sociais da pandemia. Em média, o total de estudantes declara despende 690 euros/mês. Este valor tem subjacente uma grande heterogeneidade de situações. A idade e condição perante a atividade económica, assim como a fonte de rendimentos que sustentam as despesas mensais são dimensões particularmente relevantes na variação do montante médio de custos declarados pelos estudantes. Também em linha de continuidade com o anterior inquérito, os estudantes mais velhos e também com maior envolvimento laboral, tal como os que têm como principal fonte de rendimentos o trabalho, são os que declaram ter um maior volume médio de despesas por mês. A análise por fonte de rendimentos indica ainda que os estudantes dependentes de apoios públicos expressam um padrão de despesas que, em termos médios, é de 448.4 euros/mês.

Informação sobre o conjunto de despesas dos estudantes

<i>Despesas dos estudantes, por idade, condição perante atividade económica, por fonte de rendimento</i>		Média (Euros/mês)	Mediana (Euros/mês)	Desvio- padrão (Euros/mês)
Todos os estudantes		690.0	581.7	410.8
Idade	< 22 anos	565.8	485.4	327.4
	22 até 24 anos	641.1	547.6	368.3
	25 até 29 anos	719.2	663.9	339.6
	30 anos ou mais	997.3	882.1	500.4
Condição perante atividade económica	0h	591.0	502.8	346.5
	1-5h por semana	572.2	554.2	302.6
	6-10h por semana	645.2	581.7	372.9
	11-15h por semana	743.1	634.3	486.6
	16-20h por semana	718.7	628.5	385.8
	>20h por semana	921.8	815.8	459.4
Fonte de rendimentos	Dependente da família	637.3	533.8	380.5
	Dependente de rendimento próprio	825.2	756.6	410.2
	Dependente de apoio público aos estudantes	448.4	364.0	244.4
	Outro	615.0	497.7	392.4

No conjunto de estudantes, o alojamento implica um custo médio mensal de 255.5 euros. Este valor é, em termos médios, mais elevado do que no anterior inquérito e mais uma vez podem estar aqui marcados já alguns dos efeitos da pandemia. Alguns dos serviços relacionados com o alojamento têm associadas maiores despesas – como água, gás e eletricidade – que se prende com o facto de as famílias e os estudantes terem estado confinados por longos períodos e com mais gastos associados ao espaço doméstico. Os segmentos que declaram despesas médias mensais com alojamento acima do patamar médio global envolvem os estudantes mais velhos (maiores de 25 anos), economicamente ativos e cuja principal fonte de rendimentos é o trabalho. De resto, os que estudam na capital (Lisboa) apresentam um valor médio de despesas com o alojamento mais elevado.

Também à semelhança dos dados referentes às anteriores edições do inquérito, a família foi e continua a ser a principal fonte de rendimentos. Com alguma distância, aparece em segundo lugar o trabalho remunerado. O montante mensal médio proveniente da família é de 361 euros, sendo este valor inferior ao da anterior ronda do EUROSTUDENT. A variação de acordo com a escolaridade dos pais é relativamente expressiva das possibilidades dos apoios prestados: os filhos de pais com baixa escolaridade auferem, em média, menos rendimentos da família, comparando com o segmento com pais com educação superior (6-8 ISCED). Cerca de 79,6% dos estudantes da amostra são destinatários de rendimentos das suas famílias. Apesar de muito expressivo, este valor é também mais baixo do que o verificado no EUROSTUDENT VI (menos 10 p.p.). O rendimento médio por mês dos estudantes que recebem apoio das famílias é de 630 euros, e destes 453 euros têm origem na família. Os estudantes com atividade remunerada têm, em média, 943 euros por mês (o rendimento médio do trabalho é de 649.9 euros). Para este segmento a percentagem do rendimento da atividade remunerada tem um peso nos rendimentos totais de 81%, tornando-se mais relevante face ao declarado no anterior inquérito. O montante médio de rendimentos mensais dos beneficiários de apoios diretos do estado é de 592 euros (50% auferem 462 euros mensais) e destes o montante médio dos apoios públicos é de 183 euros mensais (50% destes beneficia apenas de 100 euros). Também neste segmento houve perdas de rendimentos face ao que se verificou no anterior inquérito. Um aspeto a ter especial

atenção, pelos riscos que comporta para esta população, é a elevada expressão de desigualdade de rendimentos verificada.

Informação sobre as despesas com o alojamento

<i>Despesas dos estudantes com o alojamento por idade, condição perante atividade económica, fonte de rendimentos, local da IES (capital ou fora)</i>		Média (Euros/mês)	Mediana (Euros/mês)	Desvio-padrão (Euros/mês)
Todos os estudantes		255.5	210.0	199.8
Idade	até 21 anos	229.7	200.0	178.5
	22 até < 25 anos	235.3	200.0	202.4
	25 até < 30 anos	284.4	270.0	177.6
	30 anos ou mais	328.6	287.5	241.4
Atividade económica remunerada	0h	237.0	200.0	187.1
	1-5h por semana	208.6	200.0	138.3
	6-10h por semana	225.7	200.0	187.9
	11-15h por semana	269.3	225.0	240.8
	16-20h por semana	269.5	200.0	237.4
	>20h por semana	312.4	300.0	219.2
Contexto de residência	Em casa dos pais	223.2	180.0	215.1
	Em residência para estudantes	179.7	127.5	152.1
	Com companheiro(a)	340.6	300.0	232.8
	Com outros	249.9	230.0	158.0
	Sozinho(a)	298.3	300.0	195.2
Fonte de rendimentos	Dependente da família	252.8	210.0	197.3
	Dependente de rendimento próprio	284.9	250.0	210.6
	Dependente de apoio público p/ estudantes	153.6	108.1	108.1
Local da IES	Outro	210.1	190.0	163.3
	Capital (Lisboa)	305.5	296.1	229.8

Informação sobre os rendimentos

<i>Fontes de rendimento</i>	Euros/mês			
	<i>Família</i>	<i>Trabalho</i>	<i>Fontes não nacionais</i>	<i>Outras</i>
Média	361.3	253.2	2.0	43.5
Mediana	202.4	0.0	0.0	0.0
Desvio-padrão	454.0	536.4	35.3	141.2
<i>Beneficiários de rendimentos da família</i>	<i>Rendimento total</i>		<i>Rendimento da família</i>	
Média	630.2		453.8	
Mediana	475.0		311.7	
Desvio-padrão	612.7		465.8	
<i>Estudantes que têm rendimentos do trabalho</i>	<i>Rendimento total</i>		<i>Rendimento do trabalho</i>	
Média	943.0		649.9	
Mediana	800.0		600.0	
Desvio-padrão	745.3		668.3	
<i>Estudantes destinatários de apoios públicos diretos</i>	<i>Rendimento total</i>		<i>Apoios públicos</i>	
Média	630.2		453.8	
Mediana	475.0		311.7	
Desvio-padrão	612.7		465.8	